

ENTREVISTA com CHRISTIAN LAVAL ■

Neoliberalismo por Christian Laval: entrevista à Revista Aurora¹

Fabrizio Amorim²

ORCID - 0000-0001-9507-4720

Tathiana Senne Chicarino³

ORCID - 0000-0002-9306-5668

Rosemary Segurado⁴

ORCID - 0000-0002-3910-4603

Professor de Sociologia da universidade Paris-Ouest Nanterre-La Défense, Christian Laval é integrante fundador do Instituto de Pesquisas da Fédération Syndicale Unitaire [Federação sindical unitária] e membro do Groupe d'études sur le néolibéralisme et les alternatives [Grupo de estudos sobre o neoliberalismo e alternativas] (GENA).

Escreveu alguns livros não traduzidos no Brasil, entre os quais: *L'ambition sociologique* (La Découverte, 2002); *L'Homme économique: essai sur les racines du néolibéralisme* (Gallimard, 2007); *Marx, prénom: Karl* (Gallimard, 2012). Em nosso país, lançou *A escola não é uma empresa* (Boitempo, 2019);

¹ Tradução realizada por Alessandra Mara Vidotti.

² Jornalista. Mestre e Doutorando em Ciências Sociais pela PUC-SP. Especialista em Ciência Política pela FESPSP. Pesquisador do NEAMP (Núcleo de Estudos em Arte, Mídia e Política) da PUC-SP. Editor assistente da Aurora, revista de arte, mídia e política. E-mail: fabrimorim@gmail.com

³ Cientista Política. Doutora em Ciências Sociais pela PUC-SP Professora da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo. Pesquisadora do NEAMP (Núcleo de Estudos em Arte, Mídia e Política) da PUC-SP. Pesquisadora do Grupo de Pesquisa «Comunicação e Sociedade do Espectáculo» da Cásper Líbero. Editora da Aurora, revista de arte, mídia e Política da PUC-SP. E-mail: tschicarino@gmail.com

⁴ Professora do Programa de Estudos Pós-graduados em Ciências Sociais da PUC-SP. Pesquisadora do NEAMP (Núcleo de Estudos em Arte, Mídia e Política) da PUC-SP e do Observatório das Metrôpoles. Editora da Aurora, revista de arte, mídia e Política da PUC-SP. E-mail: roseseg@uol.com.br

junto ao colega de estudos, Pierre Dardot, publicou *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal* (Boitempo, 2016); *Comum: ensaio sobre a revolução no século XXI* (Boitempo, 2017); *A sombra de outubro* (Perspectiva, 2018). Mais recentemente, publicou *Foucault, Bourdieu e a questão neoliberal* (Elefante, 2020). Também deve lançar, ainda neste mês de outubro, *A escolha da guerra civil: uma outra história do neoliberalismo*, em 2021.

Inspirado pelas percepções de Michel Foucault, no curso ‘Nascimento da Biopolítica’ –aulas gravadas no Collège de France, de janeiro a abril de 1979, e transformadas em livro acerca da reinvenção do liberalismo no pós segunda guerra mundial –, Laval traz contribuições importantes para a reflexão sobre o neoliberalismo em *A nova razão do mundo*, demonstrando que a ideia de capital humano toma forma na figura do ‘empresário de si mesmo’, diluindo ainda mais a consciência de classe dos trabalhadores, apontando para mais alienação.

A relação predominante no neoliberalismo, incentivada a todo momento no senso comum pelo discurso do jornalismo, pelas escolas, nas Igrejas, pela teologia da prosperidade, pelo Estado – para citar só alguns exemplos - não ocorre entre trabalhadores assalariados e empregador, desenrola-se numa competição desigual entre empresas, em que o trabalhador é convertido em capital humano. É, na prática, a substituição do contrato salarial por uma relação contratual. A meritocracia, isto é, o governo dos méritos em disputa, serve como óleo para lubrificar a máquina neoliberal interiorizada pelo indivíduo seduzido pela ação empreendedora.

Não estamos, portanto, argumentando meramente sobre um modelo econômico, mas a respeito de uma racionalidade própria, desenvolvida a partir do Colóquio Walter Lippman, no ano de 1938, e diluída em diversos setores da sociedade. De maneira que o ponto central era a criação de uma nova governamentalidade que conduzisse as condutas dos indivíduos. O sujeito neoliberal é fabricado por essa racionalidade.

Laval destacou as mudanças em curso na sociedade, com a circulação do neoliberalismo, para enfatizar que se trata de uma realidade sistêmica, isto é, de instituições que funcionam com um conjunto de regras e mecanismos próprios, adaptando o poder político a essa racionalidade a qual se aproveita da sensação de exclusão de sujeitos que perderam em parte a ideia de coletivo para alimentar mais raiva, ódio, ressentimento. De acordo com o autor, as extremas direitas no mundo

se valem dos efeitos políticos do desgaste social produzido pelo neoliberalismo (como desindustrialização, precariedade, desigualdades) para avançar a política de ódio que pode beirar a guerra civil. A violência é um aspecto visto por Laval ao realizar a análise do neoliberalismo fora do perímetro europeu, principalmente na América Latina, elemento que será abordado em seu novo livro relacionando a guerra civil ao neoliberalismo.

A angústia pela pandemia de Covid-19 não gerou conscientização dos sujeitos por uma mudança radical no modelo neoliberal e no capitalismo destrutivo. Há, segundo Laval, longo caminho para a transformação das subjetividades. Um longo tempo de crise ainda deve atravessar os imaginários por décadas. Uma das práticas de mudança envolve mais democracia nas instituições de conhecimento para criar novas subjetividades, além de construir o comum, isto é, “regime de práticas, de lutas, de experiências, de instituições e de pesquisas que visam passar para *um depois* do capitalismo, inscrevendo esse depois no presente”. Uma democracia real depende desse ‘depois’ do capitalismo e da superação do modelo neoliberal. Christian Laval aponta para esse “depois” e a um maior princípio de responsabilidade para a preservação do planeta.

7

Revista Aurora: Em seu livro recém-lançado no Brasil, “Foucault, Bourdieu e a questão neoliberal” (Editora Elefante), o senhor não busca opor Michel Foucault à Pierre Bourdieu, mas enfatizar separadamente os autores. De fato, existe uma distância conceitual considerável nas obras de Foucault e Bourdieu, mas tratam-se de autores que trazem chaves de leitura importantes para compreendermos a complexidade do neoliberalismo. Qual sua motivação para escrever esse livro? E quais as principais contribuições de cada autor para pensar o neoliberalismo?

Laval: Quando escrevemos um livro como esse, não existe apenas uma, mas muitas motivações; algumas antigas, outras mais recentes; algumas individuais, outras coletivas; alguns intelectuais, outras mais políticas. Esta é, portanto, uma pergunta difícil. Eu contraí uma dívida pessoal em relação a cada um desses dois autores, Foucault et Bourdieu; eu devo muito a eles na minha formação de sociólogo e isso se vê, eu acho, nos trabalhos que realizei sobre a educação, o utilitarismo, mais recentemente sobre o neoliberalismo, mesmo não abundando em citações e não utilizando os conceitos de um e de outro para tudo. Eu não

sou, entretanto, nem “bourdieusiano” nem “foucaultiano” e não tenho a intenção de reduzir uma distância que me parece necessária quando se escreve sobre os autores. Mas sempre existe o perigo, quando se tem a sensação de dívida, de acreditar na obrigação de pagá-la, movido pela fidelidade cega do discípulo.

Entre as outras razões, existe uma vontade de esclarecimento e, se assim posso dizer, de que se faça “justiça” com relação a um e a outro. De minha parte, o trabalho intelectual é inseparável de um tipo de ética um pouco obscura, nem sempre explícita, de querer fazer justiça a autores desconhecidos, ou mal conhecidos, ou ainda, mesmo sendo muito conhecidos, autores que são mal lidos, ou traídos, ou caluniados. Esse é o caso para estes dois autores, mas de maneira muito diferente. “Fazer justiça” a Foucault - eu sei bem que a palavra é um pouco ridícula - implicava combater a calúnia oriunda de certos meios universitários dos Estados Unidos, que encontraram respaldo na Europa e mesmo na França, cujo objetivo era de fazer Foucault passar por um defensor e promotor do neoliberalismo. Essa leitura extremamente desonesta do curso de 1979, *Nascimento da biopolítica*, era o protótipo da injustiça feita a um autor, que surge quando alguém muito deliberadamente confunde seu

objeto de estudo com suas crenças pessoais. Nesse livro, buscando evitar a polêmica, acredito fornecer argumentos suficientes para mostrar que não há nenhuma adesão de sua parte ao neoliberalismo, nenhuma ruptura na sua trajetória política ou na sua pesquisa sobre as formas de poder e de saber. A “governamentalidade neoliberal” não é, para ele, o “bom governo” finalmente encontrado, mas a resposta estratégica dos governantes ocidentais à revolução abortada dos anos 60 e às más condutas que se desenvolveram massivamente entre os jovens. É por isso que, Foucault repete muitas vezes no final dos anos 70, se faz necessário “reinventar tudo” politicamente. Se a solução já tivesse sido encontrada com o neoliberalismo, ele não teria tido que evocar um tipo de reinvenção da revolução.

Com relação a Bourdieu, a coisa é outra. Eu tinha diversos objetivos para o texto que desenvolvi. O primeiro era mostrar que não havia “dois Bourdieu”, o estudioso que obedece escrupulosamente à tão famosa “neutralidade axiológica” e o militante empenhado em uma luta contra o neoliberalismo. É um único e mesmo sociólogo que, a partir do único ponto sociológico, desconstrói as ficções da utopia econômica e, com isso, defende a unidade das ciências sociais. E é o mesmo sociólogo que se apega às reais

consequências dessa ficção do mercado auto-regulado sobre as estruturas sociais, os hábitos, as instituições. Na verdade, apenas ampliei o trabalho já realizado por alguns de meus amigos sociólogos como Franck Poupeau que, ao reunir as intervenções de Bourdieu ao longo de décadas, mostrou que a dimensão do compromisso esteve sempre presente nele⁵. Não existe, como muitos disseram na ocasião da sua morte, um antes e um depois de *A Miséria do mundo*. O segundo objetivo era mostrar a coerência da sua análise do neoliberalismo, apresentando uma tabela sintética sobre ela que permitisse perceber as articulações internas de uma poderosa tese sobre o fenômeno neoliberal. Porque Bourdieu não articulou ele próprio essa construção teórica, ele nos deixou escritos muito heterogêneos, pesquisas, cursos de “antropologia econômica”, artigos aprofundados, mas também textos mais polêmicos como os publicados no *Le Monde diplomatique*. Faltava então tentar compreender como Bourdieu se organizou para construir a primeira teoria sociológica do neoliberalismo e no que ela consistia.

Eu insisto na introdução sobre o fato de que não se trata de confrontar os dois autores. Eles trabalharam sepa-

⁵ Pierre Bourdieu, *Interventions 1961-2001, Science Sociale et Action Politique*, Marseille, Agone, 2002.

radamente, com mais de dez anos de distância, e ainda sem citar um ao outro. Existe uma curiosidade da vida intelectual francesa dessa época. Um pouco como acontece com os atletas, cada um ficava “no seu canto”. Bourdieu, por exemplo, parece não conhecer o curso de Foucault sobre o neoliberalismo, enquanto este o ajudou a entrar no *Collège de France*⁶. Além disso, o “estilo” de trabalho de cada um é bastante específico. Foucault inventa conceitos e está sempre em movimento nas suas análises, enquanto Bourdieu utiliza um aparelho conceitual muito completo que havia sido construído anos antes. Como vocês sabem, para a análise do neoliberalismo feita com Pierre Dardot em *A Nova razão do mundo*, nos valem muito das deslumbrantes intuições de Foucault. Mas, no subtítulo, o tema era “sociedade neoliberal”. Tratava-se de colocar no horizonte do nosso trabalho uma concepção sociológica das transformações em curso na sociedade, e não ficar na análise apenas das formas de poderes tais como elas pudessem ser extraídas da literatura dos autores classificados como neoliberais. Mas pretendo ser claro: o imenso aporte de Foucault foi

⁶ N.T.: *Collège de France* é um estabelecimento público de ensino superior e de pesquisa na França sem equivalentes em outros países. Está em atividade desde o século XVI tendo como vocação ser um espaço para as pesquisas mais audaciosas e transmitir o conhecimento sobre as mesmas através do ensino.

identificar a originalidade histórica e teórica da refundação do liberalismo e ver nela algumas das consequências para os modos de governo e das instituições na Europa após a Segunda Guerra Mundial. Ele percebeu muito bem a que tipo de “crise de governamentalidade” respondia o governo neoliberal, e ele estava muito bem-posicionado na França para entender que esse poder era um contra-efeito de maio de 68, ou mais exatamente uma resposta estratégica a maio de 68. Já Bourdieu é outra coisa. Ele tem mais distanciamento histórico e pode enxergar melhor como a alta administração do Estado está mudando os seus modos de intervenção, os seus objetivos e o tratamento dos agentes estatais subordinados. Ele se interessa sobretudo pelas transformações de campos de poder e constata que, com a extensão do “nomos econômico”, a autonomia relativa dos campos (que estava no centro da sua teoria sociológica) tende a se atenuar ou mesmo desaparecer. E ele vê e denuncia ao mesmo tempo os efeitos desastrosos sobre o plano social e sobre o plano intelectual. As perspectivas, as ferramentas conceituais, o próprio corpus da teoria considerada não são os mesmos. Mas essa heterogeneidade não é uma contradição entre os dois tipos de análise, trata-se de um enriquecimento mútuo. E eu acho que os interessados em compreender o fe-

nômeno neoliberal e sua importância para as sociedades não podem se privar nem de um nem do outro.

Eu termino voltando ao ponto de início da sua questão. Um certo número de sociólogos que se dizem “bourdieusianos” defendem a campanha da calúnia contra Foucault, sem dúvidas para exaltar os méritos do seu mestre. Eu quis também evocar a amizade e a admiração de Bourdieu por Foucault, que nunca fizeram diminuir a distância que os separava nas suas maneiras de trabalhar.

Revista Aurora: Muito se fala sobre o fim do neoliberalismo ou seu enfraquecimento desde a crise econômica mundial de 2008, a exemplo de Stiglitz. “Crise” passou a ser uma palavra constante no vocabulário mundial, como se fosse permanente. A crise atualmente não é somente econômica, mas social e política. O neoliberalismo se fortalece nas crises?

Laval: De forma geral, há cinquenta anos, o neoliberalismo se impõe como uma resposta a todas as dificuldades com as quais se deparam os governantes; trata-se de um conjunto de modos de ação bastante estandardizados neste momento, utilizados para responder a todas as crises. Nós os vimos aparecer

nos anos 70 com o surgimento da “estagflação”; vimo-los na época da “crise da dívida” dos países do capitalismo periférico; vimo-los novamente em ação na crise financeira de 2008 e na crise grega de 2014-2015. Em cada uma das vezes, os governos acentuam e aceleram um pouco mais os ataques contra os serviços públicos, reforçam as restrições orçamentais, generalizam as privatizações e as licitações competitivas, minam as proteções sociais e enfraquecem os direitos trabalhistas. Com Pierre Dardot, nós falamos de “governo pela crise”. Não se trata de dizer, como fez Naomi Klein, que existe uma “estratégia do choque”, termo que supõe uma ação programada, consciente, deliberada. Nós preferimos ver nisso uma inteligência tática que se aproveita das oportunidades, no marco de uma estratégia mais global que é a instauração de uma sociedade de mercado. A hipótese de um “governo pela crise” se opõe à ideia de uma “crise do neoliberalismo”, e ainda mais à do “fim do neoliberalismo” anunciada por Stiglitz em um célebre artigo de julho de 2008. A sua ânsia de concluir era muito forte naquele momento, ele deveria ter esperado um pouco mais. Porque o que vimos, após alguns meses de hesitação, isso é verdade, não foi o “fim do neoliberalis-

mo”, mas o seu prolongamento e até a sua intensificação. Um ponto ainda não foi bem entendido pelos economistas como Stiglitz: o neoliberalismo não é apenas uma política econômica como eles acreditam, ele se tornou uma realidade sistêmica, ou seja, um conjunto de regras, de instituições e de mecanismos que funcionam como restrições objetivas “naturalizadas”, que pesam tanto nas políticas governamentais quanto no pensamento dos economistas e comentaristas da atualidade.

A crise sanitária mundial é muito mais complicada de se explorar pelos governantes, porque ela obrigou muitos deles, não todos, a “salvar os mercados”, a sustentar as empresas, a financiar o desemprego crescente, ou seja, o que era impensável de fazer de acordo com as suas maneiras dogmáticas de pensar e de agir. Todos os critérios de boa gestão que serviam anteriormente para justificar a austeridade, os baixos salários e a destruição dos serviços públicos não podem mais ser utilizadas quando se trata de gastar centenas, ou milhares de dólares ou de euros para sustentar a economia. Mais uma vez, nós vimos como a “caixa comum” do Estado se tornou necessária enquanto a economia capitalista privada estava em crise. Essa intervenção feita para

||

salvaguardar o capitalismo não é um questionamento fundamental do neoliberalismo, como se acredita. Tudo depende do novo “consenso” que vai se estabelecer entre os governantes: será que vamos assistir a um retorno à conjuntura clássica do neoliberalismo, fazendo com que as dívidas do Estado sejam pagas pelos empregados, pelos desempregados e pelos aposentados? Na França e na Europa, os empregadores e os partidos neoliberais vão claramente nessa direção. Ou será que vamos na direção de uma correção dos “excessos” do neoliberalismo, aumentando os impostos de pessoas jurídicas, das famílias mais ricas e limitando o *dumping* fiscal? Essa parece ser a orientação escolhida pela administração de Biden, que poderia talvez inventar uma nova fórmula de neoliberalismo *soft* para tentar superar as contradições do duro neoliberalismo o qual, desde pelo menos Reagan, tem provocado danos sociais muito graves aos Estados Unidos. Tudo dependerá do equilíbrio de forças entre as regiões do mundo, mas também dos conflitos sociais e políticos internos de cada país nos próximos meses.

Revista Aurora: Nesse contexto observamos o aparecimento e fortalecimento de uma extrema direita,

como os presidentes Jair Bolsonaro, no Brasil, Donald Trump, nos Estados Unidos, Viktor Orbán, na Hungria. Como o senhor vê o neoliberalismo combinado a formas autocráticas de poder em detrimento da democracia? É possível afirmar que o neoliberalismo se alimenta da crise de representação política?

Laval: O “governo pela crise” ou a “governamentalidade de crise” não terminou. Mas ela tomou um novo rumo com o advento de governos de extrema direita, nacionalistas e racistas, que têm até alguns aspectos fascistas mesmo sendo muito diferentes do fascismo histórico. O ponto a ser lembrado de início é a lealdade desses governos ao projeto neoliberal. Eles não questionam o eixo estratégico, que é criar uma sociedade de mercado o mais integral possível, e utilizam as armas menos democráticas para alcançar seus objetivos. Mas como eles fazem isso? Eles exploram todos os recursos emocionais da raiva, do ressentimento, da frustração que nasceram no período precedente e cujas causas são encontradas no sentimento de exclusão, de abandono ou de ameaça, pesando sobre os indivíduos que perderam o senso da coletividade, da solidariedade, da igualdade, também

da unidade de classe para os que são trabalhadores. Essa exploração das frustrações conduz a uma política de ódio e a um clima de guerra civil cujos efeitos nocivos são cada vez mais evidentes. Os neoliberais de extrema direita exploram a crise da representação política e da democracia liberal. Mas de onde vem essa crise a não ser do próprio neoliberalismo, que despojou o povo de todo poder político, que destruiu toda ideia credível de uma comunidade de cidadãos? É, portanto, aproveitando -se dos efeitos políticos do neoliberalismo, começando pelas desigualdades, os fechamentos de fábricas, a precariedade, o abandono dos territórios mais afastados das “cidades-mundo” e todas as demais formas de exclusão, que o neoliberalismo de extrema direita redefiniu uma nova governamentalidade reacionária, brutal e autoritária. E por essa exploração dos sentimentos de ódio e vingança social, misturando-se às correntes mais tradicionais de extrema direita, ele conseguiu compor uma coalisão social bastante inédita, unindo uma parte das “elites” econômicas, segmentos das classes médias ameaçadas e setores inteiros das classes populares, e isso através da histerização dos valores tradicionais, dos fanatismos identitários, das raivas nacionalistas.

Mas podemos falar simplesmente de um “novo neoliberalismo” como fiz na série de conferências que ministrei no Brasil, mais especificamente na USP, em 2018? Essa hipótese serviu também como base para um grupo de estudos que nós criamos em Paris, no outono desse mesmo ano, logo após a eleição de Bolsonaro⁷. Pensávamos, na ocasião, que estávamos lidando com uma nova fase do neoliberalismo, ou ainda com uma nova variante, que introduziria uma ruptura na história do neoliberalismo. Tratava-se de uma visão parcial, que se demonstrou falsa. Nossas pesquisas desmentiram essa primeira hipótese de trabalho. Não negamos nem a inflexão nem a diversidade de formas do neoliberalismo governamental. Mas ao falar sobre “novo neoliberalismo”, tínhamos uma concepção incompleta da história do neoliberalismo na sua relação com o Estado e com a violência. Também nos engajamos, com o nosso grupo de pesquisadores, que compreende aliás vários colegas brasileiros, em fazer uma “outra história do neoliberalismo” ao mostrar a dimensão estratégica da guerra civil desde os anos 20 e 30, a luta feroz e determinada contra todos os “inimigos” da ordem de mercado e a

⁷ Trata-se do Grupo de Estudos sobre o Neoliberalismo e as Alternativas (GENA).

justificativa para o recurso à violência do Estado. Isso gerou uma publicação bem recente, *As Escolhas da guerra civil. Uma outra história do neoliberalismo* (Lux, 2021)⁸. Essa revisão da história do neoliberalismo não questiona a leitura que fizemos, eu e Pierre Dardot, em *A Nova razão do mundo*, ou ainda as nossas análises sobre a “saída da democracia” em *O Pesadelo que não termina*. Nós aderimos ainda a essa ideia muito foucaultiana do governo das condutas pela construção de situações de competição entre os indivíduos. Ela é fundamental para compreender o projeto neoliberal como construção de uma sociedade cuja racionalidade é global e funciona “como se” os indivíduos fossem empresas. Mas nós estávamos então, por causa das nossas fontes e dos nossos terrenos de análise, um pouco “eurocentrados” demais. Nossas viagens e nossos contatos com outras experiências históricas, principalmente latino-americanas, contribuíram para impor essa releitura do neoliberalismo como premissa da guerra civil, como possibilidade estratégica da guerra civil. De maneira que a terrível citação de Bolsonaro, explicando, em 1999, que seria necessária uma guerra civil com 30.000 mortos para mudar

⁸ A obra está sendo traduzida e será publicada pela editora Elefante.

o Brasil, não é estranha à história do neoliberalismo⁹. Essa é, aliás, a origem do título do nosso último livro.

Contudo, nós mudamos de período. Não estamos mais em 2018. As oligarquias no poder em um certo número de países começaram a ver os limites dessa governamentalidade de crise, que procura explorar as pulsões racistas, os fanatismos identitários, os nacionalismos virulentos para acelerar a transformação neoliberal da sociedade. Ela desemboca no caos, na insurreição ou ainda, como no Brasil ou na Índia, em uma catástrofe sanitária incontrolável. O dia 6 de janeiro de 2021, com o ataque ao Capitólio, marca uma data importante na história. A governamentalidade autoritária, violenta e racista de repente escapou da estratégia fria que implica um mínimo de cálculo racional das chances de atingir os objetivos e um mínimo de controle sobre o líder e suas tropas. O choque foi violento o suficiente para reformular, no momento atual, sob a administração Biden, uma estratégia que tenta encontrar uma conciliação entre a via neoliberal

⁹ Refiro-me à entrevista na televisão em 1999, na qual ele declarava: “Com o voto, vocês não mudarão nada neste país, absolutamente nada! As coisas só irão mudar, infelizmente, se um dia entrarmos aqui numa guerra civil, e fizermos o trabalho que o regime militar não fez: matar cerca de 30.000 pessoas.”

globalista e “progressista” dos Novos Democratas ao estilo Clinton, e um tipo de neokenysianismo ecológico bastante inédito. Veremos até onde irá essa mudança de rumo e se ela terá efeitos para além dos Estados Unidos.

Revista Aurora: A pandemia da Covid-19 colocou o papel do Estado no centro da discussão novamente no mundo. Embora seja difícil refletir sobre um acontecimento ainda em expansão no planeta, o senhor traça hipóteses de a pandemia ter algum reflexo no imaginário social levando em consideração a produção de subjetividades neoliberais?

Laval: Isso também é muito difícil de responder, como vocês mesmos observaram na sua questão, porque não temos distanciamento histórico suficiente. Durante a primeira onda, acreditamos, eu mesmo e muitos outros, que a pandemia iria provocar rapidamente uma tomada de consciência da população, no sentido de que o capitalismo não poderia mais sobreviver, e um desejo de mudar tudo tendo em vista os riscos incorridos ao planeta devido às políticas neoliberais e um capitalismo destrutivo. Podíamos até esperar que a consciência das interdependências entre todos os países do

mundo iria acelerar a construção de uma “política-mundo”, fundada sob o princípio do comum estendido ao mundo. Isso significava esquecer que uma crise desse porte, tão longa, tão repleta de incertezas, tão angustiante, não provoca uma esperança com relação ao “que virá depois”, mas uma nostalgia do “de antes”. E se é tão difícil responder a vocês é porque a possível transformação do imaginário e das subjetividades não tem, de forma alguma, a mesma temporalidade da crise que nós atravessamos. Não é uma questão de semanas, de meses, mas de anos e de décadas. Nós estamos, obviamente, muito impacientes para ver os imaginários se moverem na direção de valores de solidariedade entre humanos e de responsabilidade com relação à Terra, mas infelizmente as inércias subjetivas estão em parte relacionadas com as inércias estruturais. Quanto tempo foi necessário para fabricar o “homem econômico” e o “sujeito neoliberal”? Séculos para o primeiro; décadas para o segundo. Quanto tempo será necessário para formar o cidadão da mundialidade solidária e ecológica? Ninguém sabe. E as forças conservadoras continuam muito potentes por todos os lados. O mais preocupante, no período em que vivemos, é o possível reforço das

pulsões nacionalistas e das ilusões soberanistas no lugar das aspirações à construção de uma política-mundo. A tragédia da humanidade está, hoje em dia, perfeitamente ilustrada pelo “nacionalismo vacinal” e pela recusa dos países capitalistas desenvolvidos de abrir mão dos seus direitos de propriedade sobre as vacinas. As transformações do imaginário não se farão sozinhas. Precisamos de um pensamento estratégico novo. Não apenas de uma onda de esperança segundo a qual a catástrofe será suficiente para alterar o curso do mundo. Um novo quietismo¹⁰ tão desesperado leva a esperar o colapso do capitalismo sob o peso das suas contradições. É necessário inventar uma esquerda global, uma cosmopolítica do comum. Foucault tinha razão quando dizia que era necessário “reinventar tudo”.

Revista Aurora: Como o senhor percebe a relação entre o neoliberalismo e a religião no Ocidente? De quais maneiras pode-se resistir à ordem neoliberal na produção de subjetividades, quando o discurso

¹⁰ N.T.: Doutrina religiosa do século XVII, desenvolvida pelo teólogo espanhol Miguel de Molinos, que ficou famosa na França pelos tratados espirituais de Madame Guyon. Afirmando a presença contínua de Deus na alma, preconizava o abandono total à efusão divina.

ligado ao empresário de si mesmo, capital humano, é traduzido por Igrejas pelo mundo e diversos setores da sociedade atingindo diretamente as classes populares?

Laval: Certamente, é tempo de re-ler e de atualizar Max Weber na era do neoliberalismo. Eu não realizei estudos específicos sobre o assunto, estou muito afastado do terreno onde esses fenômenos se desenvolvem. Na França, a situação é muito diferente. A dessecularização continua e a “laicidade”, que foi uma fórmula liberal de neutralização política das Igrejas no início do século XX, está se tornando um instrumento de Estado contra o Islam político. Apesar do ponto de vista tão distante que eu tenho, que me conduz a ser prudente, eu ficaria feliz em apontar duas ou três coisas.

Por um lado, essa ligação entre religião, tradição e neoliberalismo não é completamente nova. Na nossa última obra, *A Escolha da guerra civil*, nós mostramos que, para alguns neoliberais, a religião cristã, uma vez que ela faz parte da civilização ocidental e fornece uma estrutura moral para os indivíduos, é um bem tão precioso quanto a propriedade. É o caso de Wilhelm Röpke especialmente, um dos propagadores mais importantes

de uma estratégia de controle da população nas estruturas sociais e morais tradicionais.

Por outro lado, a fórmula sincrética entre o cristianismo e o neoliberalismo construída pelos evangelistas é mais nova e merece toda a atenção dos sociólogos despertados por Weber para a relação entre religião e capitalismo. Essa fórmula parece formidavelmente eficaz porque combina a crença em forças sobrenaturais e o sucesso individual por meio da mediação de gurus carismáticos. Na ausência de uma solução coletiva, por que não uma esperança individual? O evangelismo é uma verdadeira teologia neoliberal hiperindividualista: não é esse o significado de “teologia da prosperidade”? Os sociólogos latino-americanos e norte-americanos, mais próximos do fenômeno, têm muito a nos ensinar sobre o assunto.

Finalmente, essa teologia neoliberal talvez enfatize acima de tudo a necessidade de esperança entre as classes dominadas. A esquerda não soube responder a isso e encontrar uma solução para a erosão da crença coletiva em um “futuro melhor”. Ela talvez não tenha tanta imaginação. A utopia é até proibida em nome do “realismo”. A direita, com as Igrejas evangélicas, construiu uma arma muito poderosa

de arregimentar as classes populares, que se voltam contra a esquerda “realista”. Seria necessário reler *O Príncipe Esperança*, de Ernst Bloch, e se perguntar: qual é o preço a pagar pelo abandono do espaço coletivo na igualdade e na justiça social?

Revista Aurora: De que forma podemos pensar na linha tênue entre a teoria e a prática em que se coloca a cooperação no centro da discussão na educação num mundo de doutrinação neoliberal, pautada na competitividade? O “Comum”, conceito que se faz valer na prática discutido junto a Pierre Dardot, é uma saída possível para novas formas democráticas?

Laval: O que nós chamamos com P. Dardot de comum como princípio político é um conceito que emerge e circula de início no âmbito das lutas e práticas alternativas, antes de ser um conceito no âmbito da teoria. Ele remete tanto a uma forma política já presente, a qual construímos, damos vida e mantemos por meio de práticas instituintes ou criativas, quanto a um objetivo de longo prazo. Assim, ele se refere ao vínculo que ativistas e praticantes tentam estabelecer entre a forma das atividades e práticas atuais

e um objetivo mais amplo de transformação da sociedade. Em suma, o comum é um conceito que nos permite articular um presente e um futuro, um pensamento e uma prática, uma micropolítica e uma macropolítica. Dito de outra forma, o comum é o nome de um regime de práticas, de lutas, de experiências, de instituições e de pesquisas que visam passar para *um depois* do capitalismo, inscrevendo esse depois no presente. É por isso que o comum se refere primeiro ao que chamamos de práticas utópicas, expressão que condensa a relação estabelecida na ação e na criação entre um fazer e um tornar-se. Nesse sentido, isso não tem nada a ver com um Comum com maiúscula, transcendendo nossas pobres existências de indivíduos mergulhados na cotidianidade. Não é nem uma religião, nem uma metafísica; trata-se de um conjunto heterogêneo de práticas que estão ligadas entre si por um mesmo princípio político, o qual pode se abrir em três sub-princípios: a democracia real, ainda chamada de princípio do autogoverno; o primado do direito sobre o uso da propriedade dos recursos e dos espaços, ou princípio de compartilhamento; e por fim a proteção e o cuidado com a Terra, ou princípio de responsabilidade. Já que você está falando sobre educação, es-

tou convencido de que o princípio do comum permite inspirar práticas que podem revolucionar as instituições de conhecimento. Essa refundação é indispensável neste momento de crise total à qual nós estamos sujeitos. Estou terminando uma obra intitulada *Educação democrática, A revolução escolar a caminho*, co-escrita com um colega do meu sindicato de professores e que será publicada em outubro. Nós desenvolvemos a ideia de que uma real transformação democrática das instituições do conhecimento deve seguir cinco eixos:

O primeiro diz respeito à condição primordial da educação democrática: a liberdade do espírito. A escola deve estar inteiramente emancipada dos poderes estabelecidos que até agora buscaram subjugar-la e instrumentalizá-la, sejam religiões, governos, ou empresas capitalistas.

O segundo eixo é a busca de uma maior igualdade no acesso à cultura e ao conhecimento. Para isso, é conveniente articular dois tipos de lutas pela igualdade social, uma luta interna às instituições e uma luta externa que diz respeito à sociedade como um todo.

O terceiro eixo diz respeito à implementação de uma cultura comum. O acesso universal a uma verdadeira

cultura de alto nível é um objetivo político que deve orientar as práticas de ensino de agora em diante, apesar dos currículos oficiais, talvez. Em tempo, essa cultura comum é algo delicado a se definir em um momento de necessária reformulação do conhecimento na era da crise climática.

O quarto eixo diz respeito à definição de uma *pedagogia democrática*. É importante lembrar e colocar em prática aquilo que é autenticamente revolucionário na tradição das grandes pedagogias alternativas e precisamente aquilo que ressalta da cooperação ativa dos alunos na sua aprendizagem. O quinto eixo diz respeito ao autogo-

verno da própria instituição escolar. No âmbito das leis gerais e de uma política geral destinada à realização dos princípios acima referidos, a governança do estabelecimento deve ser confiada a uma estrutura colegiada de trabalhadores, usuários da escola e cidadãos preocupados com a questão educacional.

Essa luta no terreno educativo não significa que a “revolução escolar” será suficiente para “salvar a Terra”, mas ela é uma das revoluções que precisa ser levada a cabo para educar aquelas e aqueles que terão talvez a chance de fazê-lo.

Néolibéralisme par Christian Laval: entretien à la revue *Aurora*¹¹

Fabrício Amorim¹²

ORCID - 0000-0001-957-4720

Tathiana Senne Chicarino¹³

ORCID - 0000-0002-9306-5668

Rosemary Segurado¹⁴

ORCID - 0000-0002-3910-4603

Revue Aurora: Dans votre livre récemment publié au Brésil, «Foucault, Bourdieu et la question néolibérale» (Editora Elefante), vous ne cherchez pas à opposer Michel Foucault à Pierre Bourdieu, mais à mettre en évidence les auteurs séparément. En fait, il y a une distance conceptuelle considérable entre les œuvres de Foucault et de Bourdieu, mais ce sont des auteurs qui apportent des clés de lecture importantes pour comprendre la complexité du néolibéralisme. Quelle a été votre motivation pour écrire ce livre ? Et quelles sont les principales contributions de chaque

auteur pour réfléchir au néolibéralisme ?

Laval: Quand on écrit un livre comme celui-là, il n'y a pas une mais plusieurs motivations, les unes anciennes les autres plus récentes, les unes individuelles les autres collectives, les unes intellectuelles les autres plus politiques. C'est donc une question difficile. J'ai contracté une dette personnelle envers chacun de ces deux auteurs, Foucault et Bourdieu, je leur dois beaucoup dans ma formation de sociologue, et cela se voit je crois dans les travaux que j'ai menés sur l'édu-

¹¹ Traduction réalisée par Alessandra Mara Vidotti.

¹² Jornalista. Mestre e Doutorando em Ciências Sociais pela PUC-SP. Especialista em Ciência Política pela FESPSP. Pesquisador do NEAMP (Núcleo de Estudos em Arte, Mídia e Política) da PUC-SP. Editor assistente da Aurora, revista de arte, mídia e política. E-mail: fabrimorim@gmail.com

¹³ Cientista Política. Doutora em Ciências Sociais pela PUC-SP Professora da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo. Pesquisadora do NEAMP (Núcleo de Estudos em Arte, Mídia e Política) da PUC-SP. Pesquisadora do Grupo de Pesquisa «Comunicação e Sociedade do Espetáculo» da Cásper Líbero. Editora da Aurora, revista de arte, mídia e Política da PUC-SP. E-mail: tschicarino@gmail.com

¹⁴ Professora do Programa de Estudos Pós-graduados em Ciências Sociais da PUC-SP. Pesquisadora do NEAMP (Núcleo de Estudos em Arte, Mídia e Política) da PUC-SP e do Observatório das Metrópoles. Editora da Aurora, revista de arte, mídia e Política da PUC-SP. E-mail: roseseg@uol.com.br

cation, sur l'utilitarisme, plus récemment sur le néolibéralisme, même si je n'accumule pas les citations ou n'utilise pas à tout propos les concepts de l'un et de l'autre. Je ne suis pourtant ni « bourdieusien » ni « foucauldien » et n'entends pas réduire une distance qui me semble nécessaire quand on écrit sur des auteurs. Le danger existe toujours, lorsqu'on se sent une dette, de se croire obligé de la payer par la fidélité aveugle du disciple. Parmi les autres raisons, il y a une volonté de clarification et, si j'ose dire, de « justice » à rendre envers l'un et l'autre. Pour ma part, le travail intellectuel est inséparable d'une sorte d'éthique un peu obscure, pas toujours explicite, qui est de vouloir rendre justice à des auteurs inconnus ou mal connus, ou encore, lorsqu'ils sont très connus, à des auteurs qui sont mal lus, ou trahis ou calomniés. Et c'est le cas pour ces deux auteurs, mais de façon très différente. « Rendre justice » à Foucault - je sens bien que le mot est un peu ridicule-, cela impliquait de combattre la calomnie venue de certains milieux universitaires aux Etats-Unis et qui a trouvé des relais en Europe et même en France, dont le but était de faire passer Foucault pour un défenseur et un promoteur du néolibéralisme. Cette lecture tout à fait malhon-

nête du cours de 1979, *Naissance de la biopolitique*, était le prototype de l'injustice faite à un auteur qui survient quand on confond de façon très délibérée son objet d'étude et ses convictions personnelles. Dans ce livre, tout en évitant la polémique, je crois apporter suffisamment d'arguments pour montrer qu'il n'y a aucune adhésion de sa part au néolibéralisme, aucune rupture dans sa trajectoire politique comme dans sa recherche sur les formes de pouvoir et de savoir. La « gouvernementalité néolibérale » n'est pas pour lui le « bon gouvernement » enfin trouvé, c'est la réponse stratégique des gouvernants occidentaux à la révolution avortée des années 60 et aux contre-conduites qui se sont développées massivement dans la jeunesse. C'est pourquoi, et Foucault le répète souvent à la fin des années 70, il faut politiquement « tout réinventer ». Si la solution était déjà trouvée avec le néolibéralisme, il n'aurait pas eu à évoquer une sorte de réinvention de la révolution.

Pour Bourdieu, c'est autre chose. J'ai eu plusieurs objectifs dans la lecture que j'en ai faite. Le premier était de montrer qu'il n'y avait pas « deux Bourdieu », le savant qui obéit scrupuleusement à la trop fameuse « neutralité axiologique » et le mi-

litant engagé dans un combat contre le néolibéralisme. C'est un seul et même sociologue qui, du seul point sociologique, déconstruit les fictions de l'utopie économique et défend par là l'unité de la science sociale. Et c'est le même sociologue qui s'attache aux conséquences réelles de cette fiction du marché autorégulé sur les structures sociales, les habitus, les institutions. A vrai dire, je n'ai fait que prolonger le travail déjà réalisé par certains de mes amis sociologues comme Franck Poupeau qui, en rassemblant les interventions de Bourdieu sur des décennies, a montré que la dimension de l'engagement avait toujours été présente chez lui¹⁵. Il n'y a pas comme beaucoup l'ont dit au moment de son décès, un avant et un après de *La Misère du monde*. Le second objectif était de montrer la cohérence de son analyse du néolibéralisme, d'en présenter un tableau synthétique permettant de saisir les articulations internes d'une thèse puissante sur le phénomène néolibéral. Car Bourdieu n'a pas lui-même opéré cette construction théorique, il nous a laissé des écrits très hétérogènes, des enquêtes, des cours sur « l'anthropologie économique »,

¹⁵ Pierre Bourdieu, *Interventions 1961-2001, Science Sociale et Action Politique*, Marseille, Agone, 2002.

des articles de fond, mais aussi des textes plus polémiques comme ceux parus dans *Le Monde diplomatique*. Il fallait donc essayer de comprendre comment Bourdieu s'y était pris pour faire la première théorie sociologique du néolibéralisme et en quoi elle consistait.

J'insiste dans l'introduction sur le fait qu'il n'est pas question de faire une confrontation entre les deux auteurs. Ils ont travaillé séparément, à plus de dix ans de distance, sans se citer d'ailleurs. Il y a là une curiosité de la vie intellectuelle française de cette époque. Un peu comme des athlètes, chacun reste « dans son couloir ». Bourdieu par exemple ne semble pas connaître le cours de Foucault sur le néolibéralisme, alors que ce dernier l'a aidé à entrer au Collège de France. Et de plus leur « style » de travail est très spécifique. Foucault invente des concepts et est toujours en mouvement dans ses analyses, tandis que Bourdieu utilise un appareil conceptuel très complet qui a été construit des années avant. Vous n'ignorez pas que pour l'analyse du néolibéralisme faite avec Pierre Dardot nous sommes beaucoup inspirés des fulgurantes intuitions de Foucault dans *La Nouvelle raison du monde*. Mais dans le sous-titre, il était question de

« société néolibérale ». C'était poser à l'horizon de notre travail une conception sociologique des transformations à l'oeuvre dans la société, et ne pas en rester à l'analyse des seules formes de pouvoir telles qu'on pouvait les dégager de la littérature des auteurs classés comme néolibéraux. Mais je veux être clair : l'immense apport de Foucault a été de repérer l'originalité historique et théorique de la refondation du libéralisme, et d'en voir quelques-unes des conséquences sur les modes de gouvernement et les institutions en Europe après la Seconde guerre mondiale. Il a très bien saisi à quel type de « crise de gouvernementalité » répondait le gouvernement néolibéral, et il était assez bien placé en France pour comprendre que ce pouvoir était un contre-effet de Mai 68, ou plus exactement une réponse stratégique à Mai 68. Bourdieu c'est autre chose. Il a plus de recul historique, et peut mieux voir comment la haute administration d'État est en train de modifier ses modes d'intervention, ses objectifs et le traitement des agents subalternes de l'État. Il s'intéresse surtout aux transformations des champs de pouvoir et constate qu'avec l'extension du « nomos économique », l'autonomie relative des champs (qui était au coeur de sa théorie sociologique) tend à s'at-

ténuer voire à disparaître. Et il en voit et dénonce en même temps les effets désastreux sur le plan social comme sur le plan intellectuel. Les perspectives, les outils conceptuels, le corpus même de la théorie prise en compte ne sont pas les mêmes. Mais cette hétérogénéité n'est pas une contradiction entre les deux types d'analyse, c'est un enrichissement mutuel. Et je crois que tous ceux qui ont à coeur de comprendre le phénomène néolibéral et son importance pour les sociétés ne peuvent se passer ni de l'un ni de l'autre.

Je terminerai en revenant au point de départ de votre question. Un certain nombre de sociologues qui se disent « bourdieusiens » soutiennent la campagne de calomnie contre Foucault, sans doute pour mieux vanter les mérites de leur maître. J'ai voulu aussi rappeler l'amitié et l'admiration de Bourdieu pour Foucault, que n'a jamais diminuées la distance qui les séparait dans leur manière de travailler.

Revue Aurora: On parle beaucoup de la fin du néolibéralisme ou de son affaiblissement depuis la crise économique mondiale de 2008, à l'instar de Stiglitz. Le mot « crise » est devenu une constante dans le voca-

bulaire mondial, comme si elle était permanente. La crise actuelle n'est pas seulement économique, mais aussi sociale et politique. Le néolibéralisme se renforce-t-il en contexte de crise ?

Laval: De façon générale, depuis cinquante ans, le néolibéralisme s'impose comme une réponse à toutes les difficultés que rencontrent les gouvernants ; C'est un ensemble de modes d'action maintenant assez standardisés utilisés pour répondre à toutes les crises. On les a vu apparaître dans les années 70 avec la survenue de la « stagflation », on les a vus au moment de la « crise de la dette » des pays du capitalisme périphérique, on les a encore vu à l'oeuvre dans la crise financière de 2008, et dans la crise grecque de 2014-2015. A chaque fois, les gouvernants accentuent et accélèrent un peu plus les attaques contre les services publics, renforcent les contraintes budgétaires, généralisent les privatisations et les mises en concurrence, défont les protections sociales et affaiblissent le droit du travail. Nous parlons, avec Pierre Dardot, de « gouvernement par la crise ». Il ne s'agit pas de dire comme le fait Naomi Klein qu'il y a une « stratégie du choc », terme qui suppose une action programmée, consciente, délibérée.

Nous préférons y voir une intelligence tactique qui se saisit des opportunités, dans le cadre d'une stratégie plus globale qui est l'instauration d'une société de marché. L'hypothèse d'un « gouvernement par la crise » s'oppose à l'idée d'une « crise du néolibéralisme », et encore plus à celle de « fin du néolibéralisme » annoncée par Stiglitz dans un article célèbre de juillet 2008. La hâte de conclure était alors trop forte chez lui, il aurait fallu qu'il attende un peu plus. Car ce qu'on a vu, après il est vrai quelques mois d'hésitation, c'est non pas la « fin du néolibéralisme » mais son prolongement et même son intensification. Un point n'a pas encore été bien compris par les économistes comme Stiglitz : le néolibéralisme n'est pas seulement une politique économique comme ils le croient, c'est devenu une réalité systémique, c'est-à-dire un ensemble de règles, d'institutions et de mécanismes qui fonctionnent comme des contraintes objectives « naturalisées » qui pèsent sur les politiques gouvernementales comme sur la pensée des économistes et des commentateurs de l'actualité.

La crise sanitaire mondiale est beaucoup plus compliquée à exploiter par les gouvernants, parce qu'elle en a obligés beaucoup, pas tous, à « sauver les

marchés », à soutenir les entreprises, à financer le chômage accru, c'est-à-dire ce qui était impensable de faire selon leur manière dogmatique de penser et d'agir. Tous les critères de bonne gestion qui servaient auparavant à justifier l'austérité, les bas salaires, et la destruction des services publics ne peuvent plus être utilisés quand il s'agit de dépenser des centaines voire de milliers de dollars ou d'euros pour soutenir l'économie. Encore une fois, on a vu combien la « caisse commune » de l'État devenait nécessaire lorsque l'économie capitaliste privée était en crise. Cette intervention faite pour sauvegarder le capitalisme n'est pas une remise en cause fondamentale du néolibéralisme, comme on le croit. Tout dépend du nouveau « consensus » qui va s'établir entre les gouvernants : va-t-on assister à un retour aux données classiques du néolibéralisme, en faisant payer les dettes de l'État par les salariés, les chômeurs et les retraités ? En France et en Europe, les patronats et les partis néolibéraux vont clairement dans cette direction. Ou bien va-t-on vers une correction des « excès » du néolibéralisme en élevant les impôts sur les sociétés, sur les ménages les plus riches, et en limitant le dumping fiscal ? Cela semble être l'orientation prise par l'administration

Biden qui pourrait peut-être inventer une nouvelle formule de néolibéralisme *soft* pour essayer de surmonter les contradictions du néolibéralisme très dur qui, depuis au moins Reagan, a provoqué de très graves dégâts sociaux aux Etats-Unis. Tout dépendra des rapports de force entre régions du monde, mais aussi des conflits sociaux et politiques internes à chaque pays dans les mois prochains.

Revue Aurora: Dans ce cadre, nous observons l'émergence et le renforcement d'une extrême droite, comme les présidents Jair Bolsonaro au Brésil, Donald Trump aux États-Unis, Viktor Orbán en Hongrie. Comment voyez-vous la combinaison du néolibéralisme avec des formes de pouvoir autocratiques au détriment de la démocratie ? Peut-on dire que le néolibéralisme se nourrit de la crise de la représentation politique ?

Laval: Le « gouvernement par la crise » ou la « gouvernementalité de crise » n'a pas cessé. Mais elle a pris une tournure nouvelle, avec l'avènement de gouvernements d'extrême droite, nationalistes, racistes, qui ont même certains aspects fascistes, même s'ils sont très différents du fascisme historique. Le point à rappeler d'abord

c'est la fidélité de ces gouvernements au projet néolibéral. Ils ne remettent pas en question l'axe stratégique qui est de créer une société de marché la plus intégrale possible, et ils utilisent pour cela les armes les moins démocratiques pour parvenir à leur fin. Mais comment s'y prennent-ils ? Ils exploitent toutes les ressorts affectifs de la colère, du ressentiment, de la frustration nés dans la période précédente et dont les causes se trouvent dans le sentiment d'exclusion, d'abandon ou de menace qui pèsent sur des individus qui ont perdu le sens de la collectivité, de la solidarité, de l'égalité, de l'unité de classe aussi pour ce qui est des ouvriers. Cette exploitation des frustrations conduit à une politique de haine et un climat de guerre civile, dont les effets délétères sont de plus plus avérés. Les néolibéraux d'extrême droite exploitent la crise de la représentation politique et de la démocratie libérale. Mais d'où vient cette crise sinon du néolibéralisme lui-même qui a dépossédé les peuples de tout pouvoir politique, qui a détruit toute idée crédible d'une communauté de citoyens ? C'est donc en tirant partie des effets politiques du néolibéralisme, à commencer par les inégalités, les fermetures d'usine, la précarité, l'abandon des territoires les

plus éloignées des « villes-monde » et toutes les formes d'exclusion, que le néolibéralisme d'extrême droite a redéfini une nouvelle gouvernementalité réactionnaire, brutale, autoritaire. Et par cette exploitation des affects de haine et de vengeance sociale, en se mélangeant à des courants plus traditionnelles d'extrême droite, il a réussi à composer une coalition sociale assez inédite, rassemblant une partie des « élites » économiques, des fractions des classes moyennes menacées et des pans entiers des classes populaires, et ceci par le moyen de l'hystérisation des valeurs traditionnelles, des fanatismes identitaires, des rages nationalistes.

Mais peut-on parler simplement d'un « nouveau néolibéralisme » comme je l'ai fait en 2018 dans une série de conférences que j'ai données au Brésil, notamment à l'USP ? Cette hypothèse a d'ailleurs été la base d'un groupe d'études que nous nous avons créé à Paris, à l'automne de cette même année, à la suite de l'élection de Bolsonaro¹⁶. Nous pensions alors que nous avions affaire à une nouvelle phase du néolibéralisme ou encore à une nouvelle variante qui introduisait une rupture dans l'histoire du néolibéralisme. C'était une vue partielle,

¹⁶ Il s'agit du Groupe d'études sur le néolibéralisme et les alternatives (GENA).

et finalement fausse. Nos recherches ont démenti cette première hypothèse de travail. Nous ne nions ni l'inflexion ni la diversité des formes du néolibéralisme gouvernemental. Mais en parlant de « nouveau néolibéralisme » nous avons une conception incomplète de l'histoire du néolibéralisme dans ses rapports à l'État et à la violence. Aussi avons-nous entrepris avec notre groupe de chercheurs, qui comprend d'ailleurs un certain nombre de collègues brésiliens, de faire une « autre histoire du néolibéralisme » en montrant depuis les années 20 et 30 la dimension stratégique de guerre civile, la lutte acharnée et décidée contre tous les « ennemis » de l'ordre de marché et la justification du recours à la violence étatique. Cela a donné lieu à une publication très récente, *Le Choix de la guerre civile. Une autre histoire du néolibéralisme* (Lux, 2021)¹⁷. Cette révision de l'histoire du néolibéralisme ne remet pas en cause la lecture que nous en avons faite, Pierre Dardot et moi-même, dans *la Nouvelle raison du monde*, ou encore nos analyses de la « sortie de la démocratie » dans *Le Cauchemar qui n'en finit pas*. Nous tenons toujours à cette idée très foucaldienne du gouvernement

¹⁷ L'ouvrage est en cours de traduction et sera publié par l'éditeur Elefante.

des conduites par la construction des situations de concurrence entre les individus. Elle est fondamentale pour comprendre le projet néolibéral comme construction d'une société dont la rationalité est globale et fonctionnelle « comme si » les individus étaient des entreprises. Mais nous étions alors, du fait de nos sources et de nos terrains d'analyse, un peu trop « européo-centrés ». Nos voyages et nos contacts avec d'autres expériences historiques, notamment latino-américaines, ont contribué à imposer cette relecture du néolibéralisme comme assumption de la guerre civile, comme possibilité stratégique de la guerre civile. De sorte que la terrible citation de Bolsonaro qui expliquait en 1999 qu'il faudrait une guerre civile faisant 30 000 morts pour changer le Brésil n'est pas étrangère à l'histoire du néolibéralisme¹⁸. C'est d'ailleurs l'origine du titre de notre dernier livre.

Pourtant, on a changé de période. Nous ne sommes plus en 2018. Les oligarchies au pouvoir dans un certain nombre de pays ont commencé à voir

¹⁸ J'évoque ici l'interview télévisée en 1999, dans laquelle il déclarait : « Grâce au vote, vous ne changerez rien dans ce pays, rien, absolument rien ! Cela ne changera, malheureusement, que si un jour nous entrons dans une guerre civile ici, et faisons le travail que le régime militaire n'a pas fait : tuer quelque 30 000 personnes. »

les limites de cette gouvernementalité de crise qui cherche à exploiter les pulsions racistes, les fanatismes identitaires, les nationalismes virulents, pour accélérer la transformation néolibérale de la société. Elle débouche sur le chaos, l'insurrection, ou encore comme au Brésil ou en Inde, sur une catastrophe sanitaire incontrôlable. Le 6 janvier 2021, avec l'assaut du Capitole, marque une date importante dans l'histoire. La gouvernementalité autoritaire, violente et raciste a soudain échappé à la froide stratégie qui implique un minimum de calcul rationnel des chances d'atteindre les objectifs et un minimum de contrôle sur le leader et sur ses troupes. Le choc a été suffisamment violent pour que l'administration Biden reformule en ce moment une stratégie qui essaie de trouver un compromis entre la voie néolibérale globaliste et « progressiste » des Nouveaux Démocrates à la Clinton et une sorte de néokeynésianisme écologique assez inédit. On verra jusqu'où ira ce nouveau virage et s'il aura des effets au-delà des Etats-Unis.

Revue Aurora: La pandémie de Covid-19 a remis le rôle de l'Etat au centre des débats dans le monde. Bien qu'il soit difficile de réfléchir à

un événement qui est encore en train de se développer sur la planète, concevez-vous d'hypothèses où la pandémie aurait un reflet sur l'imaginaire social eu égard à la production de subjectivités néolibérales ?

Laval: Là encore, c'est très difficile de vous répondre, comme vous le remarquez vous-mêmes dans votre question, car nous n'avons pas de recul historique suffisant. Lors de la première vague, on a cru, et moi comme beaucoup d'autres, que la pandémie allait provoquer très rapidement une prise de conscience de la population selon laquelle le capitalisme ne pouvait plus se survivre, et un désir de tout changer au vu des risques que faisaient courir à la planète les politiques néolibérales et un capitalisme destructeur. On pouvait même espérer que la conscience des interdépendances entre tous les pays du monde allait accélérer la construction d'une « politique-monde » fondée sur le principe du commun étendu au monde. C'était oublier qu'une pareille crise, si longue, si pleine d'incertitudes, si angoissante provoque non pas un espoir pour « l'après » mais une nostalgie de « l'avant ». Mais s'il est si difficile de vous répondre, c'est que la possible transformation de l'imaginaire et des

subjectivités n'a pas du tout la même temporalité que la crise que nous traversons. Ce n'est pas une affaire de semaines, de mois, mais d'années et de décennies. Nous sommes bien sûrs très impatients de voir les imaginaires basculer vers des valeurs de solidarité entre humains et de responsabilité envers la Terre, mais malheureusement les inerties subjectives sont en partie corrélées avec les inerties structurelles. Combien de temps a-t-il fallu pour fabriquer « l'homme économique » et le « sujet néolibéral » ? Des siècles pour le premier, des décennies pour le second. Combien de temps faudra-t-il pour former le citoyen de la mondialité solidaire et écologique ? Nul ne le sait. Et les forces conservatrices restent partout très puissantes. Le plus inquiétant dans la période que nous vivons c'est le possible renforcement des pulsions nationalistes et des illusions souverainistes, en lieu et place des aspirations à la construction d'une politique-monde. La tragédie de l'humanité est aujourd'hui parfaitement illustrée par le « nationalisme vaccinal » et le refus des pays capitalistes développés de lever les droits de propriété sur les vaccins. Les transformations de l'imaginaire ne se feront pas toutes seules. Nous avons besoin d'une pensée stratégique

nouvelle. Pas seulement d'une vague espérance selon laquelle la catastrophe suffira à modifier le cours du monde. Un nouveau quietisme assez désespéré conduit à attendre l'effondrement du capitalisme sous le poids de ses contradictions. Il faut inventer une gauche globale, une cosmopolitique du commun. Foucault avait bien raison de dire qu'il fallait « tout réinventer ».

Revue Aurora: Comment percevez-vous la relation entre le néolibéralisme et la religion en Occident? De quelle manière peut-on résister à l'ordre néolibéral dans la production des subjectivités lorsque le discours associé à l'entrepreneur de soi, le capital humaine, est traduit par des Églises partout dans le monde et par une diversité des secteurs de la société, en touchant directement les classes populaires ?

Laval: Il est certainement temps de relire et de réactualiser Max Weber à l'heure du néolibéralisme. Je n'ai pas fait d'études spécifiques sur le sujet, trop éloigné du terrain où se développent ces phénomènes. En France, la situation est très différente. La désécliarisation se poursuit, et la "laïcité", qui a été au début du XXe siècle une

formule libérale de neutralisation politique des Eglises est en train de devenir un instrument d'État contre l'Islam politique. Malgré la vue assez lointaine que j'en ai, qui me conduit à être prudent, je soulignerais volontiers deux ou trois choses.

D'une part, ce lien entre religion, tradition et néolibéralisme n'est pas entièrement nouveau. Dans notre dernier ouvrage, *Le Choix de la guerre civile*, nous montrons que pour un certain nombre de néolibéraux, la religion chrétienne, en tant qu'elle fait partie de la civilisation occidentale et qu'elle fournit un cadre moral aux individus, est un bien aussi précieux que la propriété. C'est le cas de Wilhelm Röpke notamment, un des propagateurs les plus importants d'une stratégie de contrôle de la population dans des cadres sociaux et moraux traditionnels.

D'autre part, la formule syncrétique entre christianisme et néolibéralisme construite par les évangélistes est plus nouvelle, et elle mérite toute l'attention des sociologues éveillés par Weber au rapport entre religion et capitalisme. Cette formule semble redoutablement efficace car elle associe la croyance dans les forces supranaturelles et la réussite individuelle par la médiation de gourous charismatiques.

A défaut de solution collective, pourquoi pas une espérance individuelle? L'évangélisme c'est une véritable théologie néolibérale hyperindividualiste : n'est-ce pas le sens de "la théologie de la prospérité" ? Les sociologues latino-américains ou nord-américains, plus proches du phénomène, ont beaucoup à nous apprendre à ce sujet. Enfin, cette théologie néolibérale souligne peut-être surtout le besoin d'espérance parmi les classes dominées. La gauche n'a pas su y répondre et trouver une solution à l'érosion de la croyance collective dans un "avenir meilleur". Elle n'a peut-être pas assez d'imagination. L'utopie est même frappée d'interdit au nom du "réalisme". La droite avec les Églises évangéliques s'est donnée, elle, une arme très puissante d'enrôlement des classes populaires, qu'elle tourne contre la gauche "réaliste". Il faudrait relire *Le Principe Espérance* d'Ernst Bloch et se demander: quel est le prix à payer quade l'abandon de l'espérance collective dans l'égalité et la justice sociale?

Revue Aurora: De quelle manière pouvons-nous réfléchir à la fine frontière entre théorie et pratique dans laquelle la coopération est placée au centre des discussions, dans le cadre de l'éducation, dans un monde d'endoctrinement néolibéral, basé sur

la compétitivité ? Le «Commun», concept qui s'impose dans la pratique, discuté avec Pierre Dardot, est-il une solution possible pour de nouvelles formes démocratiques?

Laval: Ce qu'on a appelé avec P.Dardot le commun comme principe politique est un concept qui émerge et circule d'abord dans les luttes et les pratiques alternatives, avant d'être un concept dans la théorie. Il désigne à la fois une forme politique déjà présente, que l'on construit, que l'on fait vivre, que l'on entretient par les pratiques instituant ou créatrices et un objectif à plus long terme. Il renvoie ainsi au lien que des activistes et des praticiens essaient d'établir entre la forme des activités et pratiques actuelles et un but plus vaste de transformation de la société. En un mot, le commun est un concept qui permet d'articuler un présent et un avenir, une pensée et une pratique, une micropolitique et une macropolitique. Pour le dire autrement, le commun est le nom d'un régime de pratiques, de luttes, d'expériences, d'institutions et de recherches qui visent à passer à *un après* du capitalisme tout en inscrivant cet après dans le présent. C'est pourquoi le commun renvoie d'abord à ce que nous appelons des *pratiques utopiques*, expression qui condense la

relation qui s'établit dans l'action et dans la création entre un faire et un devenir. En ce sens, cela n'a rien à voir avec un Commun avec majuscule, transcendant nos pauvres existences d'individus plongés dans la quotidienneté. Ce n'est ni une religion ni une métaphysique, c'est un ensemble hétérogène de pratiques qui sont reliées entre elles par un même principe politique, lequel peut se décliner en trois sous-principes, la démocratie réelle, encore nommée principe de l'autogouvernement ; le primat du droit d'usage sur la propriété des ressources et des espaces, ou principe de partage ; enfin la protection et l'entretien de la Terre, ou principe de responsabilité.

Puisque vous parlez d'éducation, je suis convaincu que le principe du commun permet d'inspirer des pratiques qui peuvent révolutionner les institutions de savoir. Cette refondation est indispensable dans ce moment de crise totale auquel nous sommes parvenus. Je suis en train de finir un ouvrage intitulé *Éducation démocratique, La révolution scolaire à venir*, coécrit avec un camarade de mon syndicat d'enseignants, et qui sera publié en octobre prochain. Nous développons l'idée qu'une véritable transformation démocratique des

institutions de savoir doit suivre cinq axes :

Le premier concerne la condition primordiale de l'éducation démocratique : la liberté de l'esprit. L'école doit être entièrement émancipée des puissances établies qui ont jusqu'à présent cherché à la soumettre et à l'instrumentaliser, qu'il s'agisse des religions, des gouvernements, des entreprises capitalistes.

Le deuxième axe est la recherche de la plus grande égalité dans l'accès à la culture et à la connaissance. Il convient pour cela d'articuler deux types de luttes pour l'égalité sociale, une lutte interne aux institutions, une lutte externe qui concerne toute la société.

Le troisième axe concerne la mise en oeuvre d'une culture commune. L'accès universel à une véritable culture de haut niveau est un objectif politique qui doit orienter dès maintenant les pratiques d'enseignement, parfois en dépit des programmes officiels. Or cette culture commune est délicate à définir à un moment de nécessaire

recomposition des savoirs à l'âge de la crise climatique.

Le quatrième axe concerne la définition d'une *pédagogie démocratique*. Il convient de retenir et de mettre en action ce qui est authentiquement révolutionnaire dans la tradition des grandes pédagogies alternatives, et précisément ce qui relève de la coopération active des élèves dans leur apprentissage.

Le cinquième axe concerne l'autogouvernement de l'institution scolaire elle-même. Dans le cadre de lois générales et d'une politique générale visant la réalisation des principes précédents, le gouvernement de l'établissement doit être confié à une structure collégiale des personnels, des usagers de l'école, et des citoyens concernés par la question éducative.

Cette lutte sur le terrain éducatif ne veut pas dire que la « révolution scolaire » suffira à « sauver la Terre », mais c'est l'une des révolutions qu'il faut commencer à mener pour éduquer celles et ceux qui auront peut-être la chance de le faire.